

Dinâmica do investimento governamental no Programa Nacional do Livro Didático: uma análise do período 2019-2022

Aline Loretto Garcia

Universidade de Brasília (UnB), Brasília/DF – Brasil

Adriana Almeida Sales de Melo

Universidade de Brasília (UnB), Brasília/DF – Brasil

Resumo

Este estudo conduz uma análise do financiamento do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) no período de 2019 a 2022, com o objetivo de identificar padrões e possíveis discontinuidades no processo de financiamento e aquisição de livros didáticos. Para atingir esse objetivo o artigo foi dividido em três partes: primeiramente, abordamos o histórico do programa; em seguida, examinamos os gastos públicos realizados no período com o PNLD, incluindo quantidade de livros adquiridos e os valores pagos por eles; por fim, realizamos uma análise comparativa dos gastos nesse período em relação aos quatro anos anteriores. Os resultados indicam que, ao longo do período analisado, o governo manteve a regularidade na realização de editais para a compra de livros didáticos, adquirindo uma média de 145 milhões de exemplares e gastando mais de 1 bilhão de reais anuais. Nossa hipótese é que o institucionalismo do programa garantiu a continuidade do seu financiamento, apesar das adversidades enfrentadas no panorama educacional durante o referido período.

Palavras-chave: **Programa Nacional do Livro Didático. Financiamento da educação. Governo Bolsonaro. Política educacional.**

Dynamics of government investment in the National Textbook Program: an analysis of the period 2019-2022

Abstract

This study conducts an analysis of the financing of the National Textbook Program (PNLD, in Portuguese) from 2019 to 2022, with the aim of identifying potential discontinuities in the process of financing and acquiring textbooks. To achieve this goal, the article is divided into three parts: first, we address the historical background of the program; next, we examine public expenditures during the period with the PNLD, including the number of books acquired and the amounts paid for them; finally, we perform a comparative analysis of the expenditures during this period in relation to the previous four years. We conclude that, throughout the period under review, the government issued calls for the purchase of textbooks, maintaining an average of 145 million books acquired, with expenditures exceeding 1 billion reais. Our hypothesis is that the institutionalization of the program ensured the continuity of its financing, despite the adversities faced in the educational landscape.

Keywords: **National Textbook Program. Education funding. Bolsonaro Government. Educational policy.**

Dinâmica de la inversión gubernamental en el Programa Nacional de Libros de Texto: un análisis del período 2019-2022

Resumen

Este estudio analiza el financiamiento del Programa Nacional de Libros de Texto (PNLD) durante el período 2019-2022, con el objetivo de identificar patrones y posibles discontinuidades en el proceso de financiamiento y compra de libros de texto. El artículo se estructura en tres partes: en primer lugar, se aborda la historia del programa; a continuación, se examina el gasto público realizado en el PNLD durante este período, incluyendo el número de libros adquiridos y los montos destinados a su compra; y finalmente, se realiza un análisis comparativo de los gastos de este período en relación con los cuatro años anteriores. Los resultados indican que, durante el período analizado, el gobierno mantuvo una regularidad en la emisión de avisos para la compra de libros de texto, adquiriendo un promedio de 145 millones de ejemplares y destinando más de mil millones de reales anuales. Se plantea la hipótesis de que la institucionalidad del programa garantizó la continuidad de su financiamiento, a pesar de las dificultades que enfrentó el panorama educativo en esos años.

Palabras clave: **Programa Nacional de Libros de Texto. Financiamiento de la educación. Gobierno de Bolsonaro. Política educativa.**

Introdução

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) foi instituído em 1985 por meio do Decreto-Lei nº 91.542. Esse decreto determinava que era responsabilidade do Estado brasileiro fornecer livros didáticos a todos os alunos da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental das escolas públicas do país, com ênfase especial nas disciplinas de Comunicação, Expressão e Matemática. Com a promulgação da Constituição de 1988, o PNLD passou a desempenhar um papel estratégico no fornecimento de material didático aos estudantes, tornando-se um dos meios pelos quais o Estado brasileiro cumpre um preceito constitucional. Isso ocorre porque o art. 208 da Constituição de 1988 estabelece que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de [...] atendimento ao educando no Ensino Fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (Brasil, 1988).

Ao longo dos anos, o Programa Nacional do Livro Didático expandiu significativamente suas atividades. Inicialmente focado na oferta de livros de Matemática e Português para o Ensino Fundamental, o programa evoluiu para abranger uma ampla gama de materiais didáticos para o Ensino Infantil, Fundamental e Médio. Uma das importantes expansões ocorreu em 2003 com o estabelecimento do Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM). Esse movimento foi uma resposta à crescente abrangência da Educação Básica, que passou a incluir o Ensino Médio naquele momento. O PNLEM se dedicou a ampliar o alcance do PNLD, garantindo a distribuição de livros didáticos para os alunos das três séries desse nível educacional.

Além disso, houve iniciativas para atender às necessidades dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Inicialmente, em 2007, foi criado o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA). Posteriormente, em 2009, surgiu o PNLD EJA, que unificou os programas anteriores. Em 2022, ocorreu um marco

significativo com o lançamento do primeiro edital voltado especificamente para a Educação Infantil. Esse edital proporcionou a distribuição de livros para alunos com idades entre 3 e 5 anos, ampliando ainda mais o alcance e a inclusão do PNLD.

Earp e Kornis (2005), ao examinarem as aquisições de materiais didáticos em 19 países, classificaram o governo brasileiro como o terceiro maior comprador mundial de livros didáticos, posicionando-se atrás apenas da China e dos Estados Unidos, que lideram as compras institucionais. Esse estudo, sobre a amplitude do programa do livro didático no Brasil, corroborado pelos dados mais recentes do FNDE. Em 2023, o programa distribuiu mais de 102 milhões de exemplares de livros didáticos, representando um investimento público superior a 1 bilhão de reais para atender a uma grande quantidade de alunos.

O fornecimento estatal de livros didáticos, tanto no contexto brasileiro quanto em outros cenários internacionais, assumiu grande relevância no âmbito educacional. Esse fenômeno, por sua vez, pode ser identificado como um dos elementos impulsionadores do aumento substancial da produção de pesquisas acadêmicas voltadas para a análise aprofundada do livro didático.

O pesquisador francês Choppin, em 2004, apresentou um artigo seminal que se tornou uma referência, delineando o panorama dos estudos nessa área. Em sua obra, ele sustenta a perspectiva de que, após um período de relativo ostracismo, os livros didáticos ressurgiram como objeto de interesse nas pesquisas acadêmicas em diversas nações ao redor do mundo, ao longo das últimas três décadas. Choppin categoriza as pesquisas sobre o livro didático em dois grandes grupos: aquelas que o tratam meramente como um documento histórico, equiparando-o a qualquer outro, e que buscam extrair dele informações alheias a sua própria natureza; e aquelas que, ao negligenciarem os conteúdos que o livro didático veicula, o encaram como um mero objeto físico, isto é, como um produto fabricado, comercializado, distribuído e financiado.

Em seu trabalho o autor argumenta que, no primeiro cenário, o pesquisador não está escrevendo uma história dos livros didáticos, mas sim explorando um tema específico, uma ideia ou uma disciplina, ou ainda como uma disciplina escolar foi representada por meio da literatura. Já no segundo caso, o enfoque do pesquisador está no livro didático, analisando um amplo arco que vai desde a produção do livro até a sua comercialização. É importante destacar que Choppin ressalta que a distinção entre essas duas abordagens é simplificada, uma vez que muitas vezes, na prática, as pesquisas podem abordar ambas as categorias de forma entrelaçada.

Oliveira (2017), em diálogo com as proposições de Choppin, conduziu uma análise bibliográfica de artigos publicados no SciELO no período entre 2006 e 2016, cujo principal objeto de estudo é o livro didático. Em contraste com Choppin – que categorizou os estudos sobre o livro didático em dois grupos distintos, como mencionado anteriormente –, a pesquisa de Oliveira optou por dividir os trabalhos em sete categorias distintas: o PNLD como política pública, ensino de língua estrangeira, disputas editoriais, ensino de ciências, abordagens sobre saúde e os sentidos atribuídos ao livro. Entre as categorias identificadas por Oliveira, aquela que apresenta o maior número de trabalhos é a relacionada ao livro como recurso

pedagógico. É sintomático que a autora não tenha encontrado, na base de dados do SciELO, trabalhos que analisem o processo de financiamento do PNLD¹.

Os livros didáticos representam produtos culturais complexos que se situam na interseção entre cultura, pedagogia e mercado editorial, inserindo-se também na economia e, por conseguinte, possibilitando uma ampla gama de estudos. No entanto, se aceitarmos, conforme sugerido por Antônio Nóvoa (1997), que as pesquisas conduzidas no âmbito acadêmico refletem as preocupações da sociedade, torna-se crucial avançar além das análises que encaram o livro didático estritamente como uma ferramenta pedagógica, embora sem subestimar a relevância desses estudos.

Partindo desse pressuposto, esta pesquisa visa fomentar um debate sobre o financiamento do livro didático no país, com base nos gastos públicos do Ministério da Educação com o livro didático durante o período de 2019 a 2022. Uma questão central deste trabalho é investigar se o programa de livros didáticos, representando uma instituição estabelecida há décadas, sofreu interrupções durante o período em análise. Ou seja, busca-se compreender se as normas e a estrutura institucional conferiram estabilidade à política de livros didáticos no país ou se houve rupturas significativas nessa área. Especificamente, analisaremos os valores despendidos com o programa, a quantidade de livros adquiridos, e realizaremos uma análise comparativa dos valores despendidos com o programa e a quantidade de livros adquiridos em relação aos quatro anos anteriores.

Cabe destacar que parte da literatura educacional ao estudar o período em análise destaca uma tendência preocupante: o estrangulamento dos recursos destinados à educação intensificado por políticas neoliberais de forma mais incisiva do que em governos anteriores, concomitantemente ao processo de privatização da educação pública².

Para alcançar esses objetivos, o artigo será estruturado em três partes: inicialmente, será traçado um histórico do programa, com ênfase em seu processo de financiamento; em seguida, serão analisados os gastos públicos do governo Bolsonaro com o PNLD, incluindo a quantidade de livros adquiridos, bem como os valores nominais e reais pagos pelo material didático; por fim, será realizada uma análise comparativa entre a quantidade e os gastos com a compra dos livros didáticos no intervalo de tempo de 2019-2022 e os quatro anos anteriores. Utilizaremos como fontes de pesquisa os dados disponíveis no site do FNDE, portarias e resoluções relacionadas ao financiamento do programa, bem como a literatura especializada sobre o tema.

A metodologia empregada para analisar os gastos globais do programa ao longo dos anos em estudo, assim como os valores unitários dos livros adquiridos em relação aos dados constantes nas tabelas, terá como base valores nominais. Quando necessário, esses valores serão posteriormente deflacionados utilizando os dados do Banco Central, tendo como referência os valores reais de janeiro de 2024.

¹ Salientamos que, apesar de a autora não ter encontrado na plataforma do SciELO um estudo que se debruce sobre o financiamento do PNLD, existe uma obra de Castro, datada de 1996, que apresenta uma análise exaustiva dos dispêndios públicos relacionados ao Programa Nacional do Livro Didático.

² Para uma análise do governo Bolsonaro no campo educacional, ler as obras de Abrucio (2021) e Tafarel e Neves (2019).

Ao final, pretende-se oferecer novos elementos para enriquecer a discussão sobre o financiamento do livro didático no Brasil, e a manutenção de sua institucionalidade no período em análise.

Um breve histórico sobre o programa de livros didáticos no Brasil e seu processo de financiamento

Na história da República Brasileira, a relação entre o Estado e o livro didático foi instituída no governo de Getúlio Vargas, especificamente durante o período do Estado Novo. Nesse período, o Ministério da Educação criou o Instituto Nacional do Livro, por meio do Decreto-Lei nº 93, datado de 21 de dezembro de 1937, que estabeleceu condições para a produção, importação e utilização do livro didático. Ao analisar o livro didático através das lentes políticas, econômicas e didáticas, Freitag, Motta e Costa (1987) defendem a ideia de que uma política pública direcionada ao livro didático nacional emergiu como uma consequência direta da Revolução de 1930. Esse movimento resultou na desvalorização da moeda nacional, conferindo uma vantagem financeira ao livro didático brasileiro em relação ao francês, que até então dominava o mercado.

Além do aspecto econômico influenciado pela Revolução de 1930, que tornou mais viável para o Estado brasileiro produzir seus próprios livros em vez de comprá-los de outros países, é importante salientar, conforme destacou Choppin (2004), que os livros didáticos representam uma ferramenta poderosa de unificação nacional, política e ideológica. Diante desses pontos, não é surpreendente que em 1937, durante o Estado Novo, que se caracterizou pela instrumentalização do Estado para a disseminação de propaganda governamental³, Getúlio Vargas tenha estabelecido o Instituto Nacional do Livro, seguido, no ano subsequente, pela criação da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), por meio do Decreto-Lei nº 1006. Esta comissão, composta por 15 membros designados diretamente pelo Presidente da República, selecionados por sua competência e reconhecida integridade moral, tinha o encargo de regular as condições relativas à produção, importação e utilização do livro didático. Hallewell (1982) defende que essa comissão foi criada com o propósito de controlar o conteúdo dos livros didáticos, no entanto, o objetivo declarado pela comissão era fazer com que os livros fossem elaborados com exatidão factual.

Durante a Ditadura Militar, mais de vinte anos após Vargas criar o Instituto Nacional do Livro, o governo brasileiro estabeleceu novamente uma política pública direcionada ao livro didático, criando dois órgãos distintos e simultâneos: a Colted e a Fename. Para Filgueiras (2015), a criação da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (Colted), em 1966, visava estimular e controlar o mercado dos livros didáticos. Por outro lado, a Fundação Nacional do Material Escolar (Fename), estabelecida pela Lei nº 5237 em 1967, tinha a responsabilidade de produzir e distribuir livros destinados a crianças carentes.

Ainda segundo as proposições de Filgueiras (2015), a criação dos dois órgãos deve ser entendida à luz da expansão do sistema educacional brasileiro nas décadas de 1950 e 1960. O rápido crescimento do ensino primário e secundário suscitou reflexões sobre uma abordagem educacional que visasse manter os alunos na escola. A autora ressalta que um dos principais temas debatidos nesse período foi o alto custo do livro didático, visto como um

³ Para análise da propaganda política do Estado Novo, ver Codato e Guandalini (2003).

fator que influenciava substancialmente a evasão escolar. Esse assunto foi objeto de discussão no Congresso, na imprensa e no Ministério da Educação, e serviu como um dos principais estímulos para a criação da Fename e da Colted.

Diante dos objetivos desta pesquisa, que se concentra na análise do financiamento do Programa Nacional do Livro Didático, é importante destacar, conforme observado por Castro (1996) em seu estudo sobre os gastos públicos com o referido programa, o acordo que foi estabelecido entre o Ministério da Educação, o Sindicato Nacional de Livros (SNEL) e a Agência Nacional de Desenvolvimento dos Estados Unidos (USAID) para viabilizar recursos destinados à distribuição gratuita de 51 milhões de livros aos estudantes brasileiros ao longo de três anos. Como contrapartida, cabia ao MEC assegurar recursos além do prazo estabelecido no convênio. Castro salienta ainda que, nesse período, o programa adquire uma perspectiva de continuidade, graças à garantia de financiamento por meio de verbas públicas.

Os trabalhos da Colted prosseguiram até 1971 e, embora as razões exatas para sua extinção não sejam totalmente claras, Oliveira, Guimarães e Bomény (1984) sugerem que uma série de escândalos envolvendo as editoras e os fabricantes das caixas para as bibliotecas tenha contribuído para seu fim. Com o encerramento das atividades da Colted, suas funções foram absorvidas pelo Instituto Nacional do Livro, que passou a coeditar e distribuir livros didáticos para as escolas de 1º e 2º graus em colaboração com editoras privadas. Para entender melhor o processo de financiamento desse período, Castro (1996) demonstrou que os recursos que mantinham o programa eram quase totalmente provenientes do salário-educação,⁴ sendo que as unidades federadas participavam mediante contrapartidas estabelecidas. Relatórios da FAE indicam que esses recursos não eram suficientes para atender a todos os alunos do 1º grau das escolas públicas do país, resultando na exclusão da grande maioria das escolas estaduais do programa.

As atividades de coedição, publicação e distribuição de livros didáticos pela Fename perduraram até 1983, ano de sua extinção. Em seu lugar, foi instituída a Fundação de Assistência aos Estudantes – FAE –, que assumiu todas as responsabilidades relacionadas aos programas assistenciais do Ministério da Educação, abrangendo também os programas de merenda escolar e de distribuição de livros didáticos.

Em sua tese de doutorado, a professora Eloiza de Mattos Höfling (1993) aborda a gestão do programa do livro didático pela FAE, que estabeleceu objetivos como a distribuição gratuita de livros didáticos para a maioria dos alunos do primeiro grau. Para alcançar essa meta, a FAE firmou convênios com as secretarias da educação dos estados. Esse programa foi impulsionado pelas prioridades delineadas pelo “Programa Educação para Todos”, que visava universalizar o acesso e a permanência de crianças de 7 a 14 anos na escola primária, incluindo a ampliação da distribuição de livros didáticos para crianças carentes.

A pesquisadora mostra também que o financiamento do Programa Nacional do Livro Didático provinha de diversas fontes, incluindo o Tesouro Nacional, recursos do Fundo de

⁴ O salário-educação é uma contribuição social que foi estabelecida pela Lei nº 4.440/1964 e regulamentada pelo Decreto nº 55.551/1965. Ele foi criado com a finalidade de complementar os recursos públicos destinados à manutenção do Ensino Primário. De acordo com essa legislação, todas as empresas vinculadas ao regime de Previdência Social eram obrigadas a recolher, como contribuição devida de salário-educação, o equivalente a 2,5% do salário mínimo por empregado, mensalmente. A escolha da alíquota baseada no salário mínimo originou a denominação dessa contribuição.

Investimento Social (FINSOCIAL), recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, convênios com o Banco Central e recursos próprios da FAE. Höfling defende que, apesar da expansão do Programa do Livro Didático sob a gestão da FAE e de sua suposta modernização na governança, as ações desenvolvidas refletiam o lado mais proeminente da educação brasileira: a concessão de benefícios pelo Estado a grupos populacionais historicamente excluídos.

O programa de livros didáticos no Brasil passou por uma grande reformulação a partir de 1985, com a promulgação do Decreto Lei nº 11.542. Foi nessa época que o programa recebeu o nome pelo qual é conhecido atualmente: Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), e teve sua meta ampliada com o objetivo de atender a todos os alunos da 1ª a 8ª série do Ensino Fundamental das escolas públicas do país, com enfoque prioritário nas disciplinas de Comunicação, Expressão e Matemática. Já com a Constituição de 1988, o PNLD, como destacado por Höfling (2000), passa a assumir um papel estratégico no fornecimento de material didático aos estudantes, uma vez que ela estabeleceu que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de [...] atendimento ao educando no Ensino Fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (art. 208). Ainda de acordo com Höfling (2000), com a Constituição de 1988 ocorreu uma transformação fundamental na natureza do Programa do Livro Didático anteriormente caracterizado por uma abordagem assistencial e conjuntural: ele passou a ser estabelecido como um preceito constitucional com caráter universalizante e obrigatório.

Castro (1996) destaca que, apesar dos avanços na política nacional do livro didático a partir de 1985, a legislação reguladora do programa não definiu claramente a fonte de financiamento. Para Castro (1996), a falta de uma fonte de financiamento estabelecida deixou a decisão sobre a prioridade a ser dada ao programa sujeita a “negociações”, tanto na elaboração do orçamento inicial quanto na concessão de créditos adicionais durante a execução financeira do orçamento. Esse fato justifica a sazonalidade do programa nos anos iniciais de sua instauração.

Tanto Castro (1996) quanto Cassiano (2013) mostram que em 1993 houve mudanças nesse cenário, quando o FNDE, por meio da Resolução nº 6 de 13 de julho de 1993, emitida pelo seu Conselho Deliberativo, passou a destinar anualmente e de forma prioritária recursos equivalentes a duzentos e setenta milhões de Unidades Fiscais de Referência (UFIR)⁵, provenientes da quota do salário-educação, para a compra de livros didáticos destinados aos alunos da rede pública do Ensino Fundamental. Essa medida, segundo os autores, buscou assegurar um fluxo regular de recursos para a compra e distribuição de livros didáticos.

Com o governo de Fernando Henrique Cardoso, o programa passou por transformações significativas que o ampliaram e o aprimoraram. Uma das mudanças cruciais foi o início do processo de avaliação dos livros didáticos adquiridos pelo governo para as escolas públicas. Essa avaliação foi estabelecida para evitar erros conceituais, preconceitos e inconsistências metodológicas nos materiais enviados às escolas.

⁵ A Unidade Fiscal de Referência (UFIR) foi criada para substituir o extinto Bônus do Tesouro Nacional (BTN). Ela serviu como medida de valor e parâmetro de atualização monetária para tributos e valores expressos em cruzeiros na legislação tributária federal, além de ser utilizada para multas e penalidades de qualquer natureza.

Além disso, como observado por Cassiano (2013), durante o governo de FHC, houve dois marcos importantes para o PNLD: a distribuição de livros didáticos de todas as disciplinas do núcleo comum para os alunos do Ensino Fundamental e um planejamento cuidadoso na distribuição dos livros do programa, garantindo que chegassem às escolas antes do início do ano letivo.

Em 1997, a FAE foi extinta e a responsabilidade pela execução do PNLD, que anteriormente estava a cargo desse órgão, foi transferida para o Fundo Nacional de Desenvolvimento para a Educação (FNDE), uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Cabe destacar também que foi sistematizada uma organização cíclica para o PNLD:

Há, a cada ano, alternância na compra integral do MEC. Isto implica que, se um ano o governo compra os livros de todas as disciplinas para os alunos do 2º ao 5º [...], no ano seguinte comprará integralmente os livros para os alunos do 6º ao 9º ano [...], e, no outro ano o governo apenas fará complementação de matrícula e reposição (Cassiano, 2013, p. 88).

No decorrer da administração de Luiz Inácio Lula da Silva, foram preservadas as modificações introduzidas pelo governo de Fernando Henrique no Programa do Livro Didático. Além disso, foram instaurados dois novos programas: o Programa do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) em 2003 e o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA) em 2007, este último integrado ao PNLD EJA em 2009. Uma ampliação na disseminação de dicionários também foi efetivada. Essas iniciativas acarretaram um investimento estatal em livros didáticos sem precedentes na história da educação pública brasileira.

Segundo Silva (2015) o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio emerge como um fruto de um intenso debate educacional instaurado no advento da ascensão de Lula à presidência da República. Nesse contexto, membros do Ministério da Educação conceberam uma reconfiguração paradigmática para o Ensino Médio brasileiro, outrora relegado a uma condição periférica no panorama das políticas educacionais estatais. Durante a era de Fernando Henrique Cardoso, a ênfase recaía sobretudo no Ensino Fundamental. A fim de enriquecer e aprofundar essas discussões, o Ministério da Educação convocou especialistas acadêmicos das universidades brasileiras. O desdobramento desses colóquios culminou na instauração do Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLDEM) e, em uma fase subsequente, na substituição do FUNDEF pelo FUNDEB.

É importante salientar que o financiamento do PNLDEM passou a ser assegurado pelo FNDE por meio de recursos oriundos do orçamento geral da União, bem como de contratos de empréstimos internacionais, além do Programa Melhoria e Expansão do Ensino Médio.

Em 2011, por meio da Resolução nº 40, de 26 de julho, foi instituído o Programa Nacional do Livro Didático para o Campo (PNLD Campo), cuja primeira edição ocorreu em 2013. Este programa foi concebido para fornecer livros didáticos às escolas localizadas em áreas rurais, bem como às instituições situadas em zonas urbanas que atendam predominantemente a populações residentes no campo. De acordo com a análise de Sarmiento e Batistti (2016), o PNLD Campo foi criado com o propósito de atender às demandas específicas dessas escolas, caracterizadas por classes multisseriadas, presença de apenas um docente responsável por todas as disciplinas e significativo afastamento das áreas urbanas, entre outros desafios.

Vale ressaltar que, a partir do ano de 2017, o orçamento destinado ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) passou a ser regulamentado por meio do Decreto n. 9.099/2017. O artigo 28 desse decreto estabelece que as despesas relacionadas ao PNLD serão realizadas conforme o que está previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Ministério da Educação. Dessa forma, a legislação que regula o financiamento do PNLD é ajustada anualmente, conforme o conteúdo da Lei Orçamentária Anual (LOA). Por ser um orçamento discricionário, não obrigatório, as fontes de financiamento do PNLD mudam de um ano para o outro.

Não foi nosso objetivo, por meio deste texto, esgotar a complexidade histórico-econômica que permeia a trajetória e o financiamento do PNLD. Ao contrário, a intenção foi destacar como essa narrativa necessita ser situada dentro de iniciativas mais amplas no panorama da educação brasileira. Além disso, evidenciamos como, historicamente, o financiamento do Programa Nacional do Livro Didático está inserido em uma institucionalidade e revela que, em muitos momentos, a ausência de uma legislação específica abriu espaço para “negociações” entre diversos grupos políticos. Isso estabeleceu uma dinâmica de poder significativa, envolvendo desde editoras de livros didáticos até membros do governo.

Na próxima parte deste estudo, conduziremos uma análise sobre o financiamento do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) durante a gestão de Jair Messias Bolsonaro, contextualizando-o dentro do panorama educacional estabelecido durante seu mandato. Nosso objetivo é examinar os gastos públicos com o PNLD, a quantidade de livros adquiridos e realizar uma comparação com os dados dos quatro anos precedentes. Acreditamos que tais informações podem servir como um indicativo da capacidade institucional do programa em manter sua continuidade mesmo em um contexto de crise no campo educacional.

Investimentos estatais no Programa Nacional do Livro Didático no período entre 2019-2022

Entre os anos de 2019 e 2022, Jair Messias Bolsonaro ocupou a presidência da República, um período que recebeu atenção especial da literatura acadêmica no que diz respeito à gestão da educação. Este intervalo é comumente interpretado como marcado por avanços alinhados com a agenda neoliberal e os princípios conservadores no campo educacional. Além disso, suscita-se uma preocupação acerca da interrupção dos avanços conquistados desde a promulgação da Constituição de 1988 no domínio educacional. Segundo Abrucio (2021, p. 355):

O bolsonarismo pode ser caracterizado em sua forma mais sucinta como um ideário cujo maior inimigo é a ordem política montada desde a redemocratização. O presidente Bolsonaro não é só um admirador da ditadura. Seu governo orienta-se, principalmente, pela busca da destruição do modelo político e social inaugurado pela Constituição de 1988. A política educacional é um exemplo paradigmático dessa lógica bolsonarista. Sua proposta para a educação tem como objetivo destruir a agenda, o modelo institucional e a comunidade epistêmica construídos na última década.

A organização Todos pela Educação conduziu uma avaliação abrangente do cenário educacional ao longo dos quatro anos em que Bolsonaro ocupou a presidência da República. Para a instituição, este período pode ser caracterizado como quase quatro anos de gestão federal que não priorizou e, em certos casos, prejudicou a educação brasileira, em que a

inação, a adoção de medidas desvinculadas da realidade ou a estagnação foram predominantes. Durante esse intervalo, evidencia-se uma série de decisões equivocadas na condução do Ministério da Educação (MEC), a ausência de um planejamento sólido para o setor e o apoio insuficiente aos estados, antes, durante e após a pandemia. Observa-se também um direcionamento significativo de energia para questões de costumes, alheias às necessidades reais, incapazes de promover mudanças substanciais na aprendizagem de crianças e jovens em larga escala ou de impulsionar as demandas estruturais da área educacional.

A presidente da instituição, Priscila Cruz (2022), caracterizou a administração educacional durante os quatro anos do governo Bolsonaro da seguinte maneira:

Compreendemos que o governo Bolsonaro sabotou a Educação quando olhamos o conjunto de ações – ou a falta delas – da gestão Bolsonaro para a Educação Básica, além de não propor nada substancial para impulsionar o ritmo de avanço que vínhamos mantendo ou, ao menos, mitigar os danos e desigualdades trazidos pela pandemia. Nesses últimos anos, foi o protagonismo do Congresso Nacional e dos estados e municípios que impediram uma tragédia maior.

Alguns pesquisadores, como Taffarel e Neves (2019) buscam expandir essa análise para destacar a maneira como o governo Bolsonaro enxerga a educação, considerando-a mais como um serviço do que um direito. Segundo os pesquisadores, a política governamental sugere que esses serviços devem ser transferidos para o setor privado, o que implica em uma diminuição do papel do Estado como provedor de serviços educacionais.

Diante do contexto delineado, é imperativo conduzir uma análise sobre o financiamento do Programa Nacional do Livro Didático, um programa que possui uma trajetória consolidada e que foi consagrada como um preceito constitucional com a promulgação da Constituição de 1988.

O Quadro 1 mostra os níveis de atendimento anuais para cada edição do Programa Nacional do Livro Didático no período compreendido entre 2019 e 2022.

Quadro 1 – Níveis de atendimento do PNLD – série histórica 2019-2022

Ano do PNLD	Nível de atendimento
2019	Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental ¹
2020	Anos finais do Ensino Fundamental ²
2021	Não houve editais ³
2022	Ensino Médio, Pedagógicos para o Ensino Infantil ⁴

Legenda do Quadro 1. 1: Reposição dos livros consumíveis para os estudantes e professores dos anos finais do Ensino Fundamental e Médio. Livros adicionais consumíveis e reutilizáveis para cobrir acréscimos de matrículas para alunos de todas as séries do Ensino Fundamental e Médio. 2: Reposição integral dos livros para os estudantes e professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Reposição de livros para o Ensino Médio e para a Educação Infantil. 3: Reposição integral dos livros para os estudantes e professores dos anos iniciais e reposição parcial dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, além da reposição dos manuais do professor para a Educação Infantil. 4: Reposição integral dos livros didáticos para os anos iniciais do Ensino Fundamental e reposição parcial dos livros didáticos para os anos finais do Ensino Fundamental, atendendo a estudantes e a professores de toda a Educação Básica.

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com base em dados do site do FNDE, abril de 2024.

Ao contemplarmos o Quadro 1, que oferece uma visão da série histórica dos níveis de atendimento do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) entre 2019 e 2022, com base nos dados fornecidos pelo FNDE, constatamos a continuidade das aquisições de material didático ao longo de todo o período em análise. Essas aquisições ocorreram tanto por meio

de editais para a compra de novos livros didáticos, nos anos de 2019, 2020 e 2022, quanto para a reposição de materiais anteriormente adquiridos, conforme evidenciado em 2021. Segundo os dados do FNDE, presentes no quadro supramencionado, o ano de 2021 não viu o lançamento de um novo edital para a aquisição de materiais; ao contrário, houve apenas a reposição de livros para os anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e manuais dos professores da Educação Infantil. Este fenômeno pode ser elucidado pelo fato de que, desde 1997, os livros didáticos do PNLD possuem uma durabilidade de três anos, implicando que, em determinados anos, o governo se dedique exclusivamente à reposição de livros para a complementação de matrículas.

Um aspecto particularmente significativo destacado no quadro é a ocorrência, em 2022, de um edital para a compra de livros didáticos para o Ensino Médio, juntamente com o lançamento do primeiro edital direcionado especificamente para a distribuição de obras pedagógicas destinadas à Educação Infantil. Este novo edital viabilizou a distribuição de livros para alunos entre 3 e 5 anos, ampliando o alcance e a inclusão do PNLD. Assim, o governo conseguiu expandir a cobertura do programa para abranger uma etapa educacional que até então não era contemplada com materiais didáticos pedagógicos distribuídos pelo programa.

A introdução de obras pedagógicas destinadas à Educação Infantil em 2022 pode ser interpretada à luz da criação, pelo governo Bolsonaro, de uma secretaria dedicada exclusivamente à alfabetização, a Secretaria de Alfabetização (Sealf), responsável pela implementação da Política Nacional de Alfabetização (PNA), estabelecida pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019. Entre as iniciativas adotadas pela PNA destacam-se os programas Conta pra Mim e Tempo de Aprender, que visavam, principalmente, incentivar os pais, mães e responsáveis a promoverem a leitura dos filhos em casa. Nesse contexto, o PNLD passou a fornecer também materiais pedagógicos direcionados à Educação Infantil, reconhecendo-a como uma etapa essencial para o desenvolvimento da alfabetização dos alunos.

Entretanto, é importante ressaltar que parte da literatura⁶ que analisa os métodos de alfabetização adotados pelos programas Conta pra Mim e Tempo de Aprender demonstra que estes não levam em consideração as pesquisas científicas brasileiras publicadas na área da alfabetização. Em vez disso, eles se baseiam no chamado método fônico, que surgiu no Brasil em 1855 e ressurgiu com esses programas fazendo uso do mesmo discurso usado no fim do século XIX: ser a solução definitiva para o problema do analfabetismo no país. Autores como Albuquerque e Boto (2021) evidenciam que, ao optarem por essa abordagem metodológica e adotarem uma matriz sintética como a principal estratégia para superar o analfabetismo no Brasil, esses programas tendem a simplificar a complexidade de um processo multifacetado que envolve inúmeras questões.

Quanto aos livros didáticos adquiridos durante o governo Bolsonaro, a Tabela 1 exhibe os gastos públicos destinados à aquisição desses materiais educacionais entre 2019 e 2022, juntamente com a quantidade de livros comprados nesse período.

⁶ Para análises que questionam os métodos de alfabetização implementados nos programas desenvolvidos pela SEAF, consulte os trabalhos de Albuquerque e Boto (2019, p. 1-19) e Macedo (2023, p. 1-21).

Tabela 1 – Quantidade de livros adquiridos e investimentos públicos realizados no PNLD – Série histórica 2019-2022

Ano do PNLD	Total de exemplares	Valores nominais de aquisição (R\$)	Valores reais de aquisição (R\$) ¹
2019	126.099.033	1.102.025.625,17	1.469.556.130,28
2020	172.571.931	1.390.021.035,55	1.777.077.674,98
2021	136.832.401	1.172.736.857,21	1.434.489.026,44
2022	207.299.699	1.820.548.793,77	2.023.323.521,02

Nota: 1: Corrigido pelo IPCA-IBGE para janeiro de 2024 BCB através da Calculadora do Cidadão. Fonte: Organizado pelo autor com base em dados do site do FNDE, abril de 2024 Valores reais com base em janeiro de 2024.

A análise da tabela revela uma perspectiva intrigante: o ano de 2019 testemunhou a aquisição mais modesta de livros pelo programa. No entanto, uma vez que submetemos os valores nominais despendidos na obtenção desses recursos à correção pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE) até janeiro de 2024, surge uma nuance reveladora. Constata-se que 2019 não figura como o ano de menor desembolso para a aquisição desses materiais. Tal fenômeno pode ser interpretado à luz das práticas normativas que regem as aquisições para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), conforme abordado por Sousa (2019). Este estudo mostra que o processo de aquisição de livros pelo PNLD está ancorado na legislação de compras públicas, notadamente na Lei nº 8.666/93, embora sob a modalidade de inexigibilidade de licitação. Sob essa prerrogativa, o governo efetua as compras diretamente com as editoras, em conformidade com a Lei de Direitos Autorais, sem a necessidade de processo licitatório. Esse arranjo implica que o valor pago por cada obra pode variar conforme as negociações estabelecidas com as editoras, conferindo-lhe uma flexibilidade inerente. É relevante ressaltar ainda que, no ano em questão, houve a divulgação de um novo edital para aquisição de livros destinados à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental.

Já o ano de 2021 emerge como o segundo período com menor volume de aquisições e menor aporte financeiro no programa durante o período em análise. Notavelmente, nesse ano, tivemos a ausência de um novo edital para a aquisição de obras novas, restringindo-se à reposição de livros para todo o Ensino Fundamental.

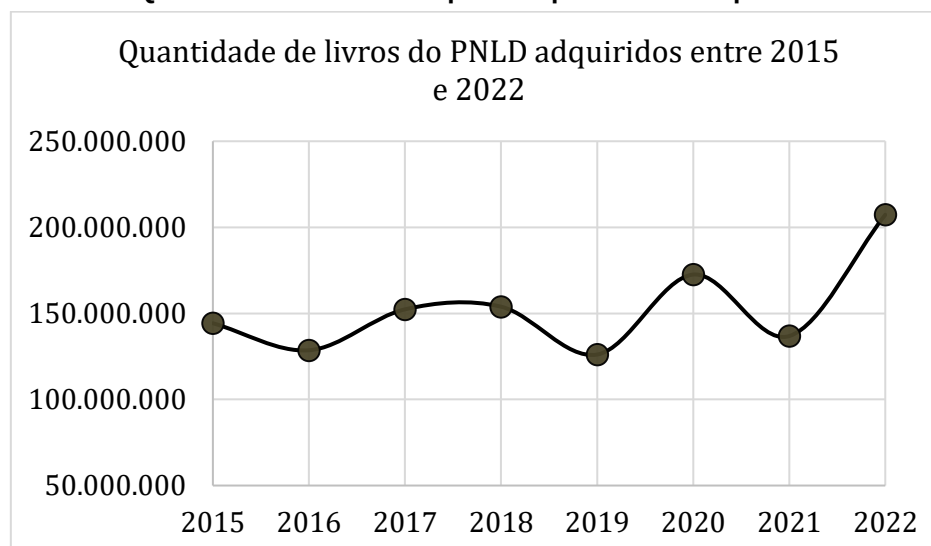
Contrastando com essas dinâmicas, o ano de 2022 se distinguiu pelo aumento substancial, tanto na quantidade de livros adquiridos quanto no montante financeiro investido. Essa tendência convergiu em uma nova expansão do programa, abarcando a aquisição de materiais didáticos destinados à Educação Infantil, corroborando uma evolução significativa no alcance e no investimento do PNLD.

É relevante salientar que, tanto ao considerarmos os valores nominais obtidos diretamente no sítio do FNDE quanto os valores reais apresentados na Tabela 1, o investimento no PNLD no período em análise permaneceu consistentemente acima da marca de 1 bilhão de reais.

Com o intuito de analisar a manutenção da institucionalidade e do poder de compra de livros didáticos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), em um contexto em que a literatura acadêmica o caracteriza como um período de crise no sistema educacional, propomos realizar uma comparação entre os valores despendidos durante o período em análise e os dos quatro anos anteriores. Além disso, examinaremos a quantidade de livros

adquiridos, assim como investigaremos a correlação entre essa quantidade e os valores investidos na aquisição dos livros. Os valores nominais investidos no programa serão ajustados para valores reais, utilizando como referência o mês de janeiro de 2024.

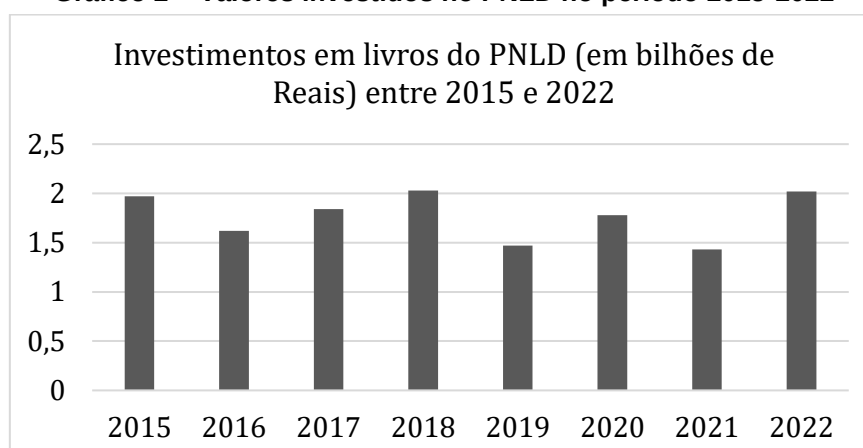
Gráfico 1 – Quantidade de livros adquiridos pelo PNLD no período 2015-2022



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base em site do FNDE abril, de 2024.

O Gráfico 1 delinea a trajetória da quantidade de livros adquiridos pelo PNLD ao longo do período abrangente de 2015 a 2022, englobando os governos de Bolsonaro, Temer e os dois últimos anos da gestão de Dilma. Entre os anos de 2015 e 2021, observa-se uma média anual de 145 milhões de livros adquiridos, ressaltando a estabilidade dessa métrica ao longo desse intervalo temporal. Contudo, em 2022, destaca-se um aumento de 43% na quantidade de livros adquiridos. Esse fenômeno encontra explicação na ampliação da cobertura do PNLD durante o período, que passou a abarcar o fornecimento de materiais pedagógicos destinados à Educação Infantil, como previamente destacado.

Gráfico 2 – Valores investidos no PNLD no período 2015-2022

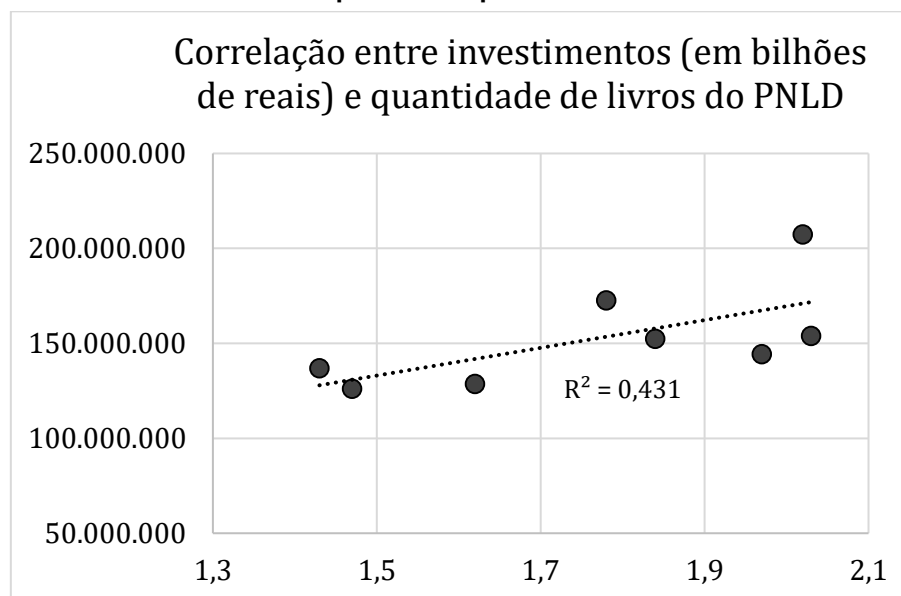


Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base em dados do site do FNDE, abril de 2024. Valores corrigidos pelo IPCA-IBGE para janeiro de 2024 BCB através da Calculadora do Cidadão.

Quanto ao Gráfico 2, o qual representa os valores despendidos pelo PNLD ao longo do período analisado, é perceptível que, apesar de consistentemente ultrapassarem a marca de 1 bilhão de reais, após a correção pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

(IPCA-IBGE) de janeiro de 2024, há uma oscilação anual nos valores gastos. Tal variação pode ser atribuída à natureza cíclica da organização do PNLD, em que a realização de compras integrais para um determinado segmento de ensino não se verifica anualmente.

Gráfico 3 – Correlação entre valores investidos no PNLD (em bilhões de reais) e quantidade de livros adquiridos no período 2015-2022



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base em dados do site do FNDE, abril de 2024. Os valores em reais, que estão no eixo X, foram corrigidos pelo IPCA-IBGE para janeiro de 2024 BCB através da Calculadora do Cidadão.

O Gráfico 3 mostra a correlação entre os valores investidos no PNLD, em bilhões de reais, e a quantidade de livros adquiridos entre 2015 e 2022. O resultado evidencia uma correlação entre os gastos públicos e a quantidade de livros adquiridos, com um coeficiente de determinação (R^2) de 0,431. A linha de tendência ascendente reforça a relação positiva: à medida que o investimento aumenta, a quantidade de livros adquiridos também tende a crescer. No entanto, a dispersão dos pontos ao redor da linha de tendência sugere a presença de fatores adicionais que afetam essa relação. Esses fatores podem incluir variáveis como a eficiência na execução do programa, flutuações nos preços dos livros e mudanças nas políticas educacionais ao longo dos anos.

Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo contribuir para a ampliação do debate sobre o financiamento do Programa Nacional do Livro Didático, por meio de uma análise dos gastos públicos com o programa durante o período entre 2019 e 2022, correspondente à gestão do Presidente Jair Messias Bolsonaro, período que a literatura especializada tende a interpretar como caracterizado pela restrição dos recursos destinados à educação e pela adoção de políticas alinhadas ao ideário neoliberal.

Com o objetivo de compreender melhor o processo de financiamento do PNLD, investigamos a história do programa, com ênfase no seu processo de financiamento. Destacamos que ele foi estabelecido durante o governo de Getúlio Vargas e expandiu-se ao longo dos anos, tornando-se um preceito constitucional em 1988 e fornecendo material didático desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Esse crescimento colocou o PNLD

como um dos maiores programas de distribuição de livros didáticos do mundo, tanto em termos de abrangência quanto de investimento público. No entanto, ao examinarmos historicamente os mecanismos de financiamento do programa, destacamos que em muitos momentos de sua história houve a ausência de uma legislação específica destinada a garantir seus recursos, o que gerou um cenário propenso a negociações entre diversos grupos, incluindo editoras e órgãos governamentais.

Para fornecer uma visão detalhada sobre os gastos públicos relacionados ao PNLD entre 2019 e 2022, examinamos os editais de compra e reposição de livros didáticos usando dados do FNDE. Identificamos editais para a aquisição de novas obras em 2019, 2020 e 2022, e para reposição das obras em 2021. Também analisamos os gastos com o programa e a quantidade de livros adquiridos no período. A reflexão acerca desses dados nos permitiu concluir que o investimento no PNLD no período em análise permaneceu consistentemente acima da marca de 1 bilhão de reais ao ano. Quando analisamos os gastos públicos do período com os gastos dos quatro anos anteriores, observamos uma estabilidade em torno de 145 milhões de livros adquiridos anualmente. No entanto, em 2022 houve um aumento de 43% no número de livros adquiridos devido à ampliação do programa para incluir o fornecimento de livros didáticos para a Educação Infantil.

Diante desses fatos, explanamos a questão sobre os fatores que influenciaram o PNLD a manter a quantidade de livros adquiridos durante o período entre 2019 e 2021, semelhante aos quatro anos anteriores, e a registrar um grande aumento em 2022, mesmo em um contexto de crise no campo educacional. Nossa hipótese se direciona à solidez da estrutura institucional do PNLD, desenvolvida ao longo do tempo. Tal solidez, conjugada à participação de diversos setores da sociedade, incluindo educadores, gestores educacionais e editoras, desempenhou um papel preponderante na preservação substancial do financiamento do programa, apesar das adversidades enfrentadas no panorama educacional. Em outras palavras, o institucionalismo do programa foi capaz de garantir a continuidade de seu financiamento durante o período analisado.

Além disso, é fundamental destacar que nossa análise esteve centrada no financiamento do programa, mas é imprescindível que estudos futuros investiguem a qualidade dos livros fornecidos durante esse período. Essa abordagem permitirá uma avaliação mais abrangente do PNLD, um programa de suma importância para o acesso dos alunos a livros didáticos. Em diversos casos, esse livro representa a única obra que o estudante terá ao longo de sua vida.

Referências

ABRUCIO, Fernando Luiz. Bolsonarismo e educação: Quando a meta é desconstruir uma política pública. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. **Governo Bolsonaro: Retrocesso democrático e degradação política**. 1. ed. Autêntica, 2021. p. 255-270.

ALBUQUERQUE, Suzana Lopes de; BOTO, Carlota. Dissonâncias do Programa Tempo de Aprender (SEALF/MEC/2020) com as pesquisas sobre alfabetização. **Horizontes**, v. 39, n. 1, p. 1-19, 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto

Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em 16 julho de 2023.

BRASIL. Decreto n.º 91.542. 19 ago. 1985. **Diário Oficial**, Brasília, p. 12178, 1985.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **O mercado do livro didático no Brasil do século XXI**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

CASTRO, Jorge Abrahão de. **O processo de gasto público do Programa do Livro Didático**. Brasília: IPEA, 1996.

CHOPPIN, Alain. História dos Livros e das Edições Didáticas: sobre o Estado da Arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, Faculdade de Educação/USP, v. 30, n. 3, p. 549-566, 2004.

CODATO, Adriano; GUANDALINI, Walter. Os autores e suas ideias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 32, p. 145-164, 2003.

CRUZ, Priscilla. Quatro anos de descaso pela educação. **Todos pela Educação**. 2022. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/mec-jair-bolsonaro-descaso-com-a-educacao-basica/>. Acesso em: 25 mar. 2024.

EARP, Fábio Sá; KORNIS, George. **A economia do livro: a crise atual e uma proposta de política**. Rio de Janeiro: BNDES, 2005.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. As políticas para o livro didático durante a ditadura militar: a Colted e a Fename. **História da Educação**, v. 19, p. 85-102, 2015.

FNDE. **Dados estatísticos**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/dados-estatisticos>. Acesso em: 20 abr. 2024.

FREITAG, Bárbara; MOTTA, Valéria Rodrigues; COSTA, Wanderley Ferreira. **O estado da arte do Livro Didático no Brasil**. Brasília: INEP, 1987.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil no Brasil: sua história**. São Paulo: T. A Queiroz, 1982.

HÖFLING, Eloísa de Mattos. **A FAE e a execução da política educacional: 1983-1988**. 1993. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

HÖFLING, Eloísa de Mattos. Notas para discussão quanto à implantação de programas de governo: em foco o Programa Nacional do Livro Didático. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 70, p. 159 -170, 2000.

MACEDO, Maria do Socorro Alencar Nunes. A política de alfabetização do governo Bolsonaro: reducionismos e colonialidade. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 17, p. 1-21, 2023.

NÓVOA, A. et al. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português. In: CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. C. **Educação em revista: a Educação em revista imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras, 1997. p. 11-32.

OLIVEIRA, J. B. A.; GUIMARÃES, S. D. P.; BOMÉNY, H. M. B. **A política do livro didático**. Campinas: Unicamp; São Paulo: Summus, 1984.

OLIVEIRA, P. Estudo sobre o processo de escolha do livro didático: análise bibliográfica de artigos publicados no período de 2006 a 2016 e indexados no Scielo. *In* MORETTO, Milena. **O livro didático na educação básica: múltiplos olhares**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. p. 27-43.

SARMENTO, Simone; BATTISTI, Juliana. Programa Nacional do Livro Didático PNLD Campo: até que enfim! **Educação em Foco**, Belo Horizonte, v. 19, n. 27, p. 45-72, 2016.

SILVA, Iara Augusta da. O programa nacional do livro didático para o ensino médio (PNLD/EM): uma política de educação implementada pelo estado brasileiro no início do século XXI. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37, 2015, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis, 2015. p. 20.

SOUSA, Rosalia de Castro. **As regras do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e a concorrência do mercado editorial brasileiro**. 2019. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração Pública do Instituto Brasiliense de Direito Público. Brasília, 2019.

TAFFAREL, Celi Nelza Zülke; NEVES, Márcia Luzia Cardoso. Tendências da educação frente à correlação de forças na luta de classes: uma análise do governo Bolsonaro na perspectiva educacional. **Estudos IAT**, v. 4, n. 2, p. 310-329, 2019.

Aline Loretto Garcia é doutoranda em Educação pela Universidade de Brasília. Mestre em Teoria da História pela Universidade Estadual de Londrina (2015). Atuação acadêmica em linhas de pesquisa que relacionam historiografia, teoria da história, pós-modernidade e política pública educacional. Licenciada e Bacharel em história pela Universidade Estadual de Londrina (2004).

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-7197-4820>

E-mail: alineloretto@gmail.com

Adriana Almeida Sales de Melo é professora associada da Universidade de Brasília; Investigadora Colaboradora da Universidade Lusófona, no Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (ULHT/CeiED). Professora pesquisadora do PPGE/FE/UnB, mestrado e doutorado em educação acadêmicos (Estudos Comparados em Educação) e mestrado profissional (Gestão do Ensino Superior). Pós-Doutoramento na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia de Lisboa (2018). Doutorado em Educação/Política Educacional; Mestrado em Educação/Política Educacional; Licenciatura e Bacharelado em Filosofia.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6749-4725>

E-mail: adrianasalesdemelo@gmail.com

Recebido em 24 de maio de 2024

Aprovado 14 de julho de 2024

